

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



EXPANSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A INTERFACE PERMANÊNCIA E PROGRAMAS ACADÊMICOS DE PESQUISA NA UFPB¹

EXPANSION IN HIGHER EDUCATION AND THE INTERFACE PERMANENCE AND ACADEMIC RESEARCH PROGRAMS AT UFPB

Edineide Jezine

Maria da Salete Barboza de Farias

Jislayne Fidelis Felinto

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

O estudo objetiva discutir políticas de expansão da educação superior no Brasil relacionando-as aos programas acadêmicos do campo da pesquisa, em que se busca apreender elementos para a permanência em cursos superiores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de análise documental e de dados quantitativos de modo que se possa traçar relações entre o crescimento do número de matrículas e a participação em programas acadêmicos. Para este debate e seus desdobramentos tomou-se como referência estudos de Silva Jr. e Sguissardi (2001), Chaves (2010) e Jezine, Castelo Branco e Nakamura (2015), dentre outros. Os dados de ingressos e concluintes em programas acadêmicos de pesquisa foram coletados junto à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os resultados indicaram o descompasso entre as políticas de expansão e os programas acadêmicos existentes; a inserção de alunos em programas acadêmicos pode gerar maiores perspectivas de permanência com conclusão do curso..

Palavras-chave: Expansão da educação superior. Acesso e permanência. Programas acadêmicos.

Abstract

The study aims to discuss Higher Education Expansion Policies in Brazil relating them to the research field academic programmes, problematizing the university courses permanence conditions of subjects in social vulnerability conditions. This is a qualitative research, documental analysis and quantitative data so that it is possible to draw relationships between the growth of the number of enrollments and the participation in Academic Programs. For this debate and its developments was taken as reference Silva Jr. and Sguissardi (2001), Chaves (2010) and Jezine, Castelo Branco and Nakamura (2015) studies among others. Data of new and graduate students in research academic programmes were collected with Universidade Federal da Paraíba (UFPB). The results indicated the mismatch between expansion policies and the existing academic Programmes; the insertion of students in academic programmes can generate greater permanence perspectives with course conclusion.

Keywords: Higher education expansion. Access and permanence. Academic programmes.

¹ O artigo resulta das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – CNPq/UFPB/GEPESS e o Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior e Sociedade – UFPB/NEPES, que por sua vez, integram a Rede Nacional de Pesquisa Universitárias/BR no subprojeto 5 – Acesso e permanência na educação superior.



Introdução

O debate da temática educação superior insere-se em um conjunto de desigualdades sociais, configurando-se como uma estratégia de desenvolvimento social a partir das políticas de expansão, também denominada de políticas de democratização do acesso, que buscam ampliar as possibilidades do ingresso a jovens e adultos de menor condição social. Em meio a processos contraditórios de ampliação do acesso e lutas empreendidas pela sociedade brasileira, busca-se a efetivação da garantia do direito à educação, em especial a educação superior, que, historicamente, se caracteriza pela elitização, seletividade e exclusão social (CUNHA, 1980).

Os estudos e pesquisas sobre a educação superior no Brasil intensificam-se na década de 1990 (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001; MANCEBO, 2007; CHAVES, 2010; JEZINE; BITTAR, 2013; MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015) e ganham contornos próprios dada a complexidade e as exigências do contexto histórico-social, marcado pelos processos de globalização da economia e da cultura. Na década de 1990, emergem novos processos de ampliação do sistema da educação superior, permeado por contradições, tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que possibilita a expansão e a diversificação institucional.

As políticas de expansão do sistema de educação superior do governo federal, formuladas na década de 1990, retratam a polaridade entre forças e interesses, representados pelos setores públicos e privados. O sistema, no conjunto, absorve a “cara do mercado”, a exemplo de transformar a oferta de educação superior em um mercado financeiro aberto a investimentos privados e internacionalizados (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001).

A expansão como fenômeno pós-LDB caracteriza-se pelo crescimento de instituições de ensino superior (IES) privadas com fins lucrativos, de iniciativa privada e que possuem apoio financeiro do governo federal a partir de incentivos fiscais,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



favorecido pelos Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa de Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que repassa recursos em troca de vagas, envolvendo um aglomerado de instituições nacionais e internacionais, ações em bolsas de valores e a parceria público-privado (CHAVES, 2010; JEZINE; BITTAR, 2013; MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

A prevalência do setor privado na oferta do ensino superior aponta para a necessidade de estudos em campos diversos da educação superior, configurando a expansão da educação superior em suas concepções, contradições e desafios (SILVA JUNIOR, 2002; SGUISSARDI, 2008). Dentre esses desafios, destaca-se, em face do fenômeno da expansão e da democratização do acesso, a permanência como um fenômeno recente que ganha relevância com o acesso de sujeitos ingressos pelas políticas de reserva de vagas. Há de considerar que pesquisas de Castelo Branco e Jezine (2013) e Veloso, Nogueira e Luz (2014) apontam para a necessidade de se avançar na criação de condições institucionais para a permanência na educação superior, principalmente de sujeitos com o histórico de desigualdade social.

Nessa perspectiva, o presente texto busca analisar o processo de expansão da educação superior no Brasil e, sob a forma de estudo de caso, a expansão na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e os seus desdobramentos nos programas acadêmicos de pesquisa, tendo como ponto inicial de investigação a relação expansão e programas acadêmicos, como estes podem favorecer a permanência em cursos superiores?

No conjunto das políticas de expansão adotadas, há de se evidenciar as que favorecem o setor privado, em um processo de ajuste ao capital, e as que foram implantadas no setor público, em especial no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que podem contribuir para o ingresso de sujeitos com histórico de desigualdade social.



O recorte de análise incide no período em que as políticas de expansão nas instituições federais de ensino ganham maior destaque com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI 2007-2012), que apresenta expressivo crescimento de matrículas. Consideramos, ainda, o fato de, em 2010, na UFPB, terem sido implantadas as políticas de cotas por meio da Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV).

A pesquisa de caráter qualitativa adotou a análise documental, realizando, inicialmente, um levantamento de documentos institucionais referentes às políticas de expansão, bem como dos programas acadêmicos no campo da pesquisa no âmbito da UFPB, buscando apreender os objetivos e concepções. O reconhecimento dos programas acadêmicos da instituição e o levantamento de dados juntos à instituição permitiu estabelecer a relações entre demanda e oferta refletidas no número de matrícula e estudantes contemplados com os programas acadêmicos.

Assim, pretendemos com este estudo não somente analisar o processo de expansão da educação superior, mas refletir acerca da relação expansão e programas acadêmicos, problematizar o potencial desses para a permanência e a conclusão do curso.

Revisitando políticas de expansão da educação superior no Brasil

A educação superior tem sido um dos temas da agenda nacional e internacional (DALE, 2004), considerada como estratégia de superação das desigualdades sociais, prioritariamente, no sentido de expandir a capacidade do acesso a sujeitos em situação de vulnerabilidade. Insere-se, pois, no conjunto de reformas neoliberais do Estado, que se sustentam na perspectiva de construção de um paradigma político educacional voltado à instrumentalização e mercantilização da produção.

Para Dale (2004), a história da política educacional ajuda a compreender o

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



contexto de disputas e projetos hegemônicos decorrentes da ampliação das políticas neoliberais e da intensificação do processo de internacionalização da educação.

A história da educação possibilita reviver as lutas e os avanços da educação superior no sentido de acompanhar ou atender as demandas sociais, próprias das contradições do desenvolvimento capitalista. Daí reside a importância de compreender os interesses expressos e não expressos do movimento de reforma do Estado capitalista brasileiro e sua relação com o processo de expansão do sistema da educação superior que favoreceu o setor privado por meio da mercantilização da educação: “Esse processo de mercantilização provoca mudanças substanciais na organização e no funcionamento do sistema nacional do ensino superior do país” (CHAVES, 2010, p. 485).

No contexto de reforma do Estado brasileiro e ampliação dos interesses do capitalismo, as políticas de expansão da educação superior, em sua materialização, envolvem diferentes contextos, instituições e compromissos assumidos por distintos sujeitos. Pensar a “expansão” da educação superior no século XXI nos remete a refletir sobre a democratização do acesso – luta empreendida desde o século passado nos impressos dos documentos: Manifesto dos Pioneiros, de 1932, e dos Educadores, de 1959, intensificada(s) nos períodos seguintes por reformas e leis institucionais na educação (FERNANDES, 1975), sendo as instituições públicas de ensino superior focos de cerceamento da autonomia, como destaca Saviani (2010, p. 10):

[...] nesse contexto a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior pública e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas.

A intensificação da luta pela democratização do acesso à educação superior torna-se emblemática a partir da década de 1990. Morosini, (2011), Lima (2013) e Siebiger (2011), dentre outros estudiosos da temática, demonstram a prevalência dos

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



interesses internacionais, via organismos multilaterais, na formulação das políticas educacionais do Brasil, em todos os níveis. Vários foram os espaços que reafirmaram esse debate, com destaque para: a Conferência Mundial de Educação Para Todos (1990), organizada pela UNESCO; o Encontro de Nova Delhi (1993) e Reunião de Kingston, na Jamaica (1996). Além dessas, registram-se as conferências voltadas especificamente para o ensino superior, a exemplo de: a Conferência Mundial sobre Ensino Superior (UNESCO, 1998), que resultou na “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”, e a Conferência Mundial sobre Ensino Superior (UNESCO, 2009), cujo documento final foi denominado “As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social”. Dos documentos ressaltam-se os conceitos de pertinência, qualidade e cooperação internacional agregado à ideia de que a educação não deve se constituir numa carga para os fundos públicos, mas num investimento nacional para reforçar a competitividade.

No Brasil, a consonância dos princípios indicados é desdobrada em documentos e movimentos de interesses internos e externos. A LDB nº 9.394/1996 pode ser considerada o exemplo da prevalência dos interesses internacionais e favorecimento da mercadorização da educação, ao atribuir a oferta da educação superior a instituições públicas e privadas (Art. 45º), resultando num significativo aumento de instituições, cursos e matrículas no setor privado. Carvalho (2007) considera que a interação dos atores políticos e os conflitos de interesses produziram um texto que combinava a coexistência entre instituições públicas e privadas e a manutenção da gratuidade do ensino público.

Desse processo de expansão da educação superior no Brasil encetado, principalmente após a aprovação da LDB, o que se observa é a intensificação da tendência privatista e mercantilista do sistema. A prevalência do modelo mercantilista

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



da educação pode ser avaliada a partir da diversidade flexibilização institucional que favoreceu o crescimento do setor privado, como explicita Mancebo (2013, p. 22-23):

A análise da política desse quadro de expansão indica que, em 1995, início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), registrava-se a oferta de 39,8% das matrículas em instituições públicas e 60,2% nas privadas. Em 2002, no final do seu mandato, a tendência privatizante se intensifica com 30,8% das matrículas em instituições públicas e 69,2% nas privadas. Em 2010, no final do governo de Lula da Silva, o crescimento da rede privada permaneceu como tendência, com 25,8% de matrículas na IES públicas e 74,2% nas privadas.

Para o crescimento do setor privado são expressivas as iniciativas com a autorização de funcionamento de instituições privadas e cursos que amparam-se no Financiamento Estudantil (FIES) e no Programa Universidade para Todos (PROUNI)², que oferecem financiamento e incentivos fiscais às instituições privadas de ensino, como Silva e Silva (2013, p. 80) assinalam:

Impressiona a evolução do total de bolsas PROUNI em relação ao total de ingressantes nas instituições de ensino privado (de 7,78%, em 2005, para 14,14%, em 2010), o que dá uma dimensão da importância do Programa para a economia das instituições envolvida.

É de se destacar, entretanto, o aspecto contraditório desse conjunto de medidas: ao mesmo tempo em que tenta efetivar a proposta de expansão e garantir o acesso às populações menos favorecidas, o Estado o faz incrementando o setor privado, com um quantitativo expressivo de instituições e seu correlato suporte financeiro.

Nesse cenário de privatização, como acalento às instituições públicas federais de ensino superior, cria-se programas de expansão. São eles: o Plano de Expansão com Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (Programa Expandir – 2003

² Criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005. Possui a finalidade de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 11 nov. 2016.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



a 2006) e o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³. Ambos buscavam atender as demandas relacionadas à expansão e à democratização do acesso. É possível perceber o impacto das medidas pelo crescimento do número de matrículas institucionais federais em cursos de graduação presenciais, como pode ser observado na Tabela 1, abaixo.

TABELA 1 – Número de matrículas em Instituições Federais (capital e interior) em Cursos de Graduação Presencial – Brasil, Nordeste, Paraíba – 2006 a 2015.

Ano	Brasil	Nordeste	Paraíba
2006	589.821	173.129	25.925
2007	615.542	187.119	28.239
2008	643.101	199.252	29.588
2009	752.847	239.561	35.328
2010	833.934	260.147	41.198
2011	927.086	288.261	45.121
2012	985.202	304.089	47.298
2013	1.045.507	317.338	47.754
2014	1.083.586	328.701	48.987
2015	1.133.172	344.206	50.154
Crescimento %	92,1%	98,8%	93,4%

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior 2006 a 2015.

Ao considerar a criação do REUNI, no ano de 2006, sua implantação, no ano 2007 com vigência para 2012, e o período pós-REUNI, constata-se um crescimento gradativo do número de matrículas em instituições federais de ensino superior com 92,1%. A tendência é seguida pela região Nordeste, com 98,8%, e pelo estado da

³ O REUNI foi criado pelo Decreto nº 6.096/2007/SESU/MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 11 nov. 2016.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Paraíba, com 93,4%. Todavia, o crescimento do número de matrículas proporcionado pelas políticas de expansão em instituições federais, não acompanha a proporcionalidade da demanda de jovens que deveriam estar na educação superior, como revelam os dados do IBGE (BRASIL, 2014).

Em 2013, a proporção dos jovens de 15 a 29 anos que só estudavam foi de 22,7%. O percentual daqueles que trabalhavam e estudavam foi de 13% e aqueles que só trabalhavam foi de 44,0%. Em 2013, praticamente um em cada cinco jovens nessa faixa etária não frequentava a escola nem trabalhava. No grupo de 15 a 17 anos, esta proporção foi de 10,2%, entre aqueles com 18 a 24 anos, chegou a 24,0%, e para aqueles com 25 a 29 anos, 21,8%. Entre os que não trabalhavam ou estudavam, 45,8% residiam no Nordeste ou no Norte. Além disso, 62,9% eram pretos e pardos, uma participação maior do que a desse grupo no total de jovens (56,1%).

A ampliação do acesso ao ensino superior, bem como a permanência dos ingressos como forma de reduzir a taxa de evasão na universidade pública já era uma das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – Decreto nº 6.094/2007) que passou a configurar o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. De acordo com Lima (2015, p. 3), o PDE foi caracterizado pelo próprio presidente Lula como “Uma revolução na educação brasileira”. O autor entende que “deveria responder a lacunas históricas até então não contempladas de forma parcial ou em sua totalidade”. A expansão e democratização da educação superior seriam os eixos norteadores, no contexto das razões do PDE. Extraímos enxertos reveladores de seus princípios: “i) expansão da oferta de vagas [...] ii) garantia de qualidade [...] e iii) promoção de inclusão social pela educação [...]” (BRASIL, 2012, p. 25).

Em consonância, também, às metas já estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)⁴, que previa aumentar matrículas no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos de 12% para 30%, bem como a defesa da educação superior

4 Criado pela Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10172.htm> Acesso em: 11 nov. 2016.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



de qualidade, pública e gratuita. Meta que não foi alcançada e repete-se no PNE 2014-2024, como analisam Zanfarari e Almeida (2017, p. 3463), pois “o não atingimento de resultados estimados resultam em planejamento de ações quase que parecidas se não iguais em distintos períodos”.

A expansão e a busca da democratização do acesso conduzem ao princípio da inclusão social e adoção das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, oportunizam parcela daqueles sujeitos com histórico de exclusão – nesse caso negros, pardos, afrodescendentes, deficientes e advindos de escola pública, grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente – a adentrarem ao ensino superior. A Lei 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

As ações afirmativas, em conjunto com as políticas de expansão da educação superior, quando conjugadas, constituem ferramentas para a promoção da democratização do acesso à educação superior. Nesse sentido, o programa Reuni corresponde a uma estratégia de alcance das metas de expansão do acesso, planejadas pelas conferências internacionais e pelo plano de desenvolvimento do país, de modo que as diretrizes do REUNI (2007), conjugadas a políticas afirmativas caminham na direção da promoção da igualdade de oportunidades.

Todavia, esperando-se que no contexto das chamadas políticas de democratização do acesso se vislumbre, além das políticas do acesso, a permanência. Nesse sentido, questiona-se, a partir da expansão institucional, como vem se processando a expansão na UFPB e, no que tange a inserção acadêmica, qual a relação?

É nesse sentido que a seguir apresentamos elementos das políticas de expansão



na UFPB, buscando traçar relações com os programas acadêmicos, no campo da pesquisa, de modo a analisar a expansão do número de matrículas e o crescimento do número da oferta de programas acadêmicos de pesquisa e/ou oferta de bolsas. A relação parte da hipótese de que os sujeitos, se inseridos em programas acadêmicos tendem a ter mais perspectivas para permanecer e concluir os cursos.

A UFPB e as Políticas de Expansão após criação do REUNI

A instituição UFPB foi criada pela Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955, sendo posteriormente federalizada com a aprovação da Lei nº. 3.835, no dia 13 de dezembro de 1960. A instituição foi alvo de mudanças geradas a partir do contexto político, econômico, social e educacional resultantes das contradições sociais e forças políticas nacionais e locais. A UFPB foi se expandindo, gradativamente. Sua estrutura, até o ano de 2002, contabilizava sete *campus*, distribuídos nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, com sede na primeira (UFPB, 2014).

A instituição, no ano de 2002, passa por um desmembramento, pela força da Lei Federal nº. 10.419, de 09 de abril de 2002, pelas pressões políticas e exigências de autonomia do *campus*, o que dá origem à criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ficando a UFPB com três *campi* (João Pessoa, Areia e Bananeiras) e a UFCG com quatro *campi* (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza) (UFPB, 2014). Posteriormente, cria o *campus* IV, localizado no Litoral Norte do estado da Paraíba, com funcionamento nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, no âmbito da política de “Expansão com Interiorização”.

A segunda fase da expansão tem no REUNI seu principal projeto. A UFPB aderiu ao Programa em suas três dimensões, estrutura física, acadêmica e pedagógica (BRASIL, 2007), reestruturando-se e obtendo um crescimento no número de matrículas,



como é possível se constatar na Tabela seguinte.

TABELA 2 – Número de matrículas presenciais na UFPB dos anos 2006-2015

ANO	Matrícula
2006	18.803
2007	19.959
2008	21.450
2009	23.552
2010	26.207
2011	29.364
2012	32.094
2013	33.042
2014	32.521
2015	31.015

Fonte: UFPB, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), 2015.

Os dados apresentados na Tabela 2 indicam o crescimento das matrículas na instituição. Antes do REUNI, precisamente em 2006, o número do matriculado perfaz 18.803. A partir da adesão ao REUNI, em 2007, a UFPB já apresenta um número crescente de matrículas em cursos de graduação presencial, que passa de 19.959, para 32.094, em 2012. E, no período pós-REUNI, no ano de 2013 chega-se a 33.042 matrículas, havendo uma diminuição a partir dos anos de 2014 a 2015 no número de matrículas, como apresentado na tabela. No período de influência do REUNI, a expansão oportunizou o acesso de diferentes sujeitos, principalmente, pela associação da política de expansão às políticas de inclusão social⁵. Nesse sentido, é possível questionar: quais sujeitos ingressam na UFPB?

⁵ No âmbito da expansão da educação superior, na UFPB, a busca pela democratização do acesso e o atendimento às demandas postas pelas políticas de inclusão social processa-se a partir da Resolução nº 09/2010, aprovada pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que trata da criação da

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



A questão foi objeto de investigação da pesquisa realizada por Jezine, Castelo Branco e Nakamura (2015), que, ao analisarem as variáveis: renda familiar; nível de escolaridade dos pais e cor/raça dentre outras, detectaram que elas indicam o maior ingresso de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa evidencia que a “Renda familiar” fica entre um ou três salários mínimo em maior quantidade, com o percentual de 27,7% em 2008, passando para 49,9% em 2012; a “Instrução do pai e mãe”, comparado ao nível superior, no ano de 2008 o percentual dos pais era 24,90%, ao passo que das mães era 30,30%. Esse número diminuiu no ano de 2012, com 15,20% do pai e 20% da mãe que possuem nível superior. Com relação aos pais que não frequentaram a escola, o número de mães é menor de 2% a 4%, resultando em número maior de ingressantes com pais que não possuem uma instrução escolar elevada; na variável “Cor/raça”, prevalece em maior proporção, no período de 2008 a 2010, o ingresso dos que se autodeclararam brancos, seguido pelos pardos, com percentual de 48,20% em 2008 para os brancos e 37,10% para os pardos, posteriormente, no ano de 2011 o número de ingressos que autodeclaravam pardo sobressai, com 44,30%, ficando o percentual do branco em 41,10%. No ano de 2012, o número de negros predominou, com 45,70%, em relação aos anos anteriores em que os pardos registraram 44,0% e os brancos 38,60%.

A partir desses dados foi possível observar que a expansão de matrículas e as políticas inclusivas instituídas na UFPB propiciaram o ingresso na instituição de diferentes sujeitos, que se inserem na condição de vulnerabilidade social, em função da renda, capital cultural da família, cor/raça. Tal registro, porém, remete à ideia de que novos desafios se apresentam para a instituição, especialmente acerca da permanência dos estudantes que se encontram nessa condição, com forte tendência a evasão.

Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), possibilitando o ingresso de sujeitos diferenciados em suas condições sociais e econômicas.



Os Programas Acadêmicos de Pesquisa no conjunto da Expansão na UFPB

Entende-se que a expansão institucional, conjugada com uma política de inclusão, vem possibilitando o ingresso de sujeitos com diferentes perfis (JEZINE; CASTELO BRANCO; NAKAMURA, 2015). A partir dessas considerações é possível questionar como na UFPB processa-se a expansão dos Programas Acadêmicos, em paralelo à expansão das matrículas em cursos presenciais.

Dentre os Programas Acadêmicos adotados pela UFPB voltados ao Ensino, Pesquisa e Extensão, buscar-se-á contemplar a expansão dos que se relacionam à pesquisa. A escolha se justifica por se entender que essa atividade acadêmica contribui para a interseção entre o Ensino e Extensão, bem como envolve o estudante em ações de produção do conhecimento e inserção acadêmica, podendo potencializar a permanência em uma perspectiva inclusiva (acesso, permanência e conclusão do curso). Desse modo, objetiva-se identificar o crescimento do número de bolsas e o número de estudantes envolvidos em relação à matrícula, no período de 2010 a 2014.

A pesquisa institucional na UFPB tem no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) a principal agência de fomento de cunho acadêmico relacionado à formação inicial de pesquisadores que buscam, pelas ações relacionadas à pesquisa científica e tecnológica, a integração de estudantes. Todavia, em suas propostas a dimensão da inclusão social não se apresenta como objetivo. Ainda assim, essa perspectiva vem sendo atendida por meio de programas de ação afirmativa, que viabilizam a inserção de estudantes de graduação que ingressam pelas cotas⁶.

⁶ A política de ação afirmativa torna-se uma medida sócio-racial, por meio da Lei 12.711/2012, que afirma o direito de pardos, indígenas e negros advindos de escolas públicas a terem acesso à educação superior pública, sendo 50% das vagas ofertadas pelas instituições para reserva social e racial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em: 11 nov. 2016.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Os programas vinculados ao CNPQ são: Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-AF); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Por sua vez, os Programas vinculados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) são: Programa Jovens Talentos para Ciência da CAPES e Ciência sem Fronteiras. Dentre os programas acadêmicos no campo da Pesquisa, os que seguem são desenvolvidos pela UFPB:

QUADRO 1 – Programas Acadêmicos da UFPB e respectivos objetivos

PROGRAMAS	
PROGRAMAS	OBJETIVOS
PIBIC	O programa tem como objetivo proporcionar a integralidade de estudantes regularmente matriculado na UFPB e acesso ao conhecimento científico e à cultura.
PIBIC-AF	Tem como objetivo despertar o interesse pelo estudo da ciência e incentivar os talentos potenciais para a pesquisa entre os estudantes de graduação que ingressam na UFPB por uma ação afirmativa, em todas as áreas do conhecimento, através da participação em projetos de Pesquisas sob a orientação de professores da UFPB.
PIBITI	O programa tem como objetivo estimular os jovens ingressos na educação superior, no que diz respeito às atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.
Programa Jovens Talentos para Ciência, da CAPES	O objetivo principal é a preparação de estudantes para participarem do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) da Capes, Ciência sem Fronteiras (CSF) ou Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ).
Ciência sem Fronteiras	O programa tem como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio de intercâmbio e da mobilidade internacional.

Fonte: UFPB. Manual do Estudante.

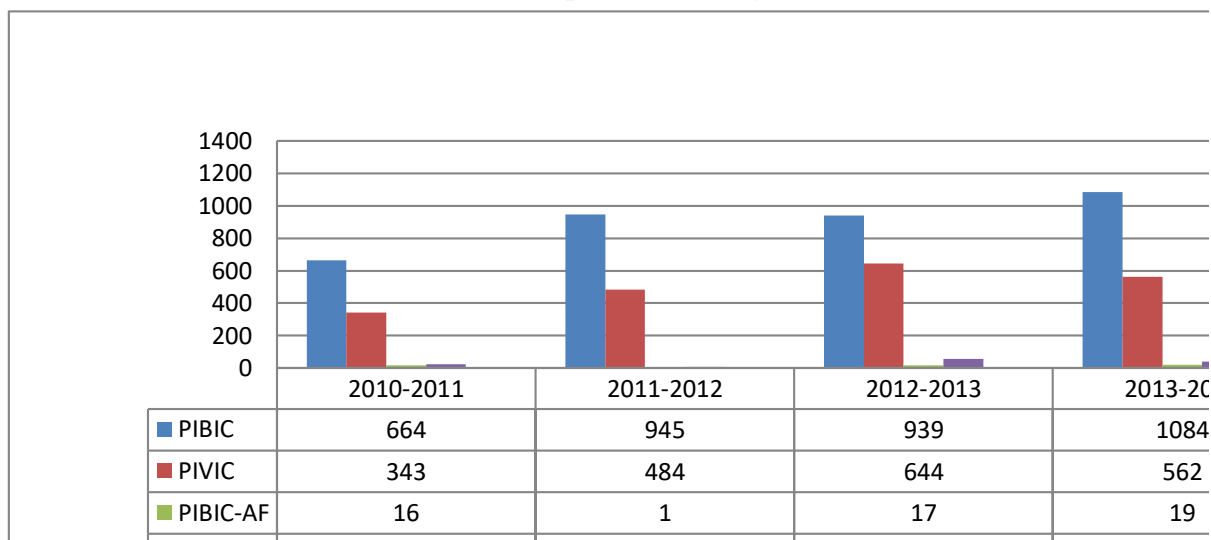
Como requisito para a participação de estudantes nos respectivos programas, o



critério principal é encontrar-se regularmente matriculado na instituição a partir do 3º período e possuir bom desempenho acadêmico. Dentre os programas citados nem todos dispõem de recursos financeiros para a oferta de bolsa aos estudantes, cujo valor é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Cabe esclarecer que os contemplados com o PIVIC e o PIVITI são direcionados ao voluntariado, conforme a Resolução Normativa 17/2006/CNPq e Resolução CONSEPE/UFPB nº 17/2007.

Nesse sentido, considerando os dados fornecidos pela coordenação da Pró-reitora de Pós-Graduação (PRPG) acerca dos programas acadêmicos PIBIC, PIVIC, PIBIC-AF, PIBITI e PIVITI, é possível observar, a partir do gráfico seguinte, o número de alunos contemplados em cada Programa, a fim de analisar a relação entre a expansão institucional e os programas acadêmicos de pesquisa no âmbito da UFPB.

GRÁFICO 1 – Número de estudantes contemplados nos Programas Acadêmicos da UFPB



Fonte: UFPB/PRPG, 2014.

No ano de 2010, 664 estudantes foram contemplados no programa PIBIC, sendo que de 2011 a 2012 o quantitativo teve uma pequena redução, recuperada

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



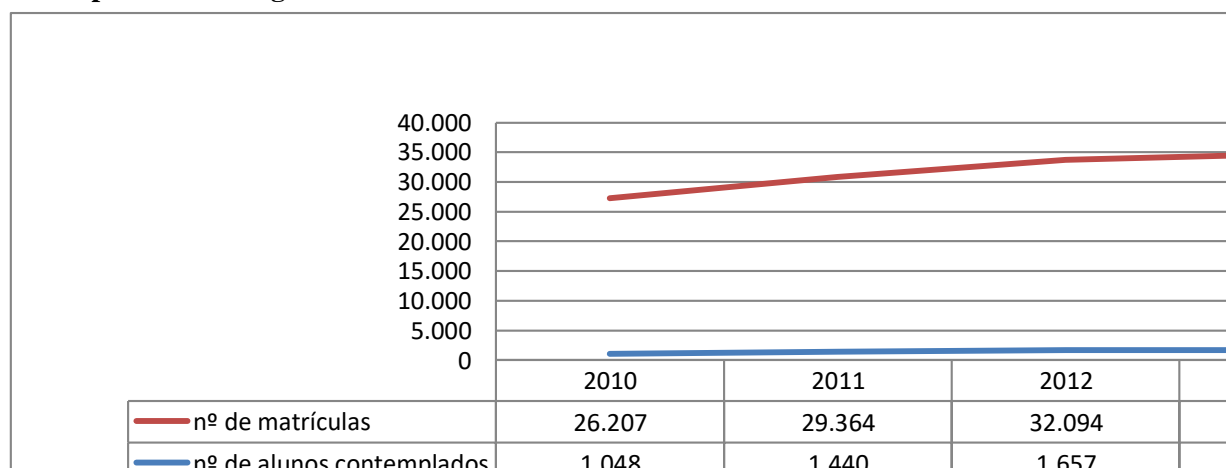
posteriormente, no ano de 2013, passando a contemplar 1.084 alunos. No ano seguinte aumenta o número, com registro de 1.171 estudantes. O Programa PIBIC, na instituição, pode ser considerado, no campo da pesquisa, o de maior relevância, pelo número da oferta de bolsas, acompanhado pelos programas PIBITI e PIBIC-AF, que oferecem bolsas, embora em menor número. O PIBITI, no ano de 2010, ofertou bolsas a 25 estudantes, diminuindo em 2011, com registro de 8, tendo aumentado no ano de 2012 para 57 estudantes. Em 2013, passa para 41 e cai em 2014 para 11 contemplados.

Por sua vez, o PIBIC-AF, no ano de 2010, atendeu 16 estudantes; no ano de 2011 apenas 1 estudante foi contemplado em 2012, o número aumentou para 17; em 2013 passa para 19 contemplados; e em 2014 diminui significativamente para 3 estudantes, o que demonstra a ausência de uma política que venha atender a um público ingresso pelas políticas de cotas.

No que se refere à expansão, tendo como dado o número de matriculados e o número de contemplados, no ano de 2010 apenas 4% dos estudantes foram contemplados com os programas acadêmicos no campo da pesquisa. Em 2011, o número de matriculados foi 29.364; desses, 4,90% foram contemplados. No ano de 2012, registra-se que 5,16% são contemplados, e o mesmo acontece no ano de 2013. Por fim, em 2014, conforme consta no gráfico que segue, o número de matriculados foi 32.521; desses, 5,10% foram beneficiados com os programas.



GRÁFICO 2 – Número de alunos matriculados na UFPB e número de alunos contemplados em Programas Acadêmicos



Fonte: UFPB/PRPG 2014; UFPB, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

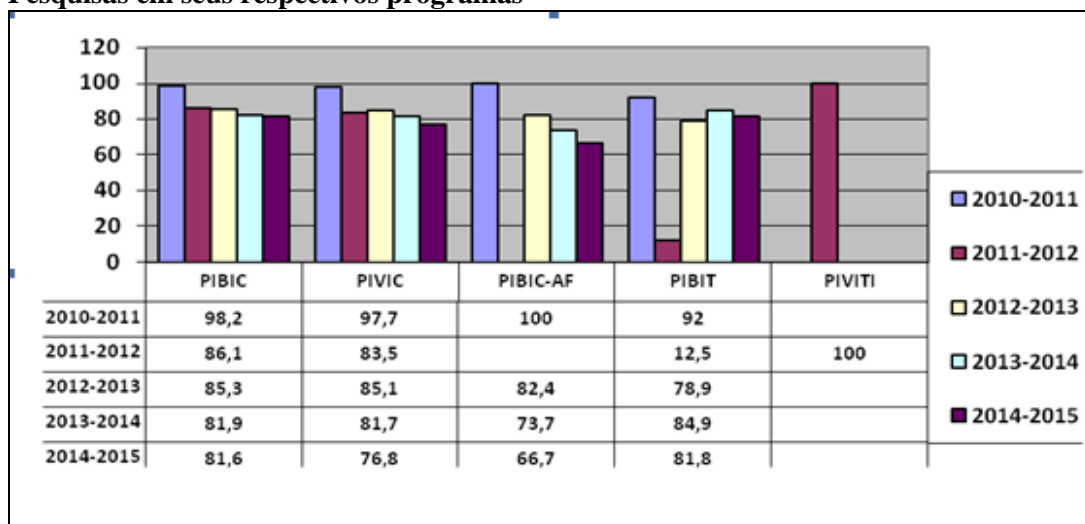
O que representa esse quantitativo de alunos contemplados em programas acadêmicos em relação à matrícula? O alcance inclusivo da política de expansão, associada ao processo de democratização do acesso, será possível se houver um aumento considerável no número de oferta de bolsas, de modo que contemple um número mais expressivo de estudantes, principalmente, os ingressos por políticas de cotas que, por sua vez, espera-se que tenham um resultado qualitativo e inclusivo na sua formação. Afinal, o acesso sem a garantia das condições para o sucesso pode limitar a concretização da permanência inclusiva, ou seja, a conquista da conclusão e do sucesso (ingresso no mercado de trabalho).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à importância do envolvimento do estudante em programas acadêmicos de pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento, desde o ingresso à conclusão do curso. A relevância dos programas acadêmicos pode ser assinalada a partir dos dados dos estudantes voluntários, que não são contemplados com bolsas. Observa-se um número expressivo de estudantes que concluem os respectivos projetos, a exemplo do PIVIC. No ano de 2010, o PIVIC



contemplou 343 alunos, e concluíram 97,7%. No ano de 2011, o número de contemplados foi 484, tendo concluído 83,3%; no ano de 2012, ingressaram 644 e concluíram 85,1%; e no ano de 2013, foram 562 ingressantes, com o percentual de 81,7% de concluintes. Por sua vez, nos dados mais atualizados, no ano de 2014, ingressaram 478 e concluíram 76,8%(cf. gráfico 3).

GRÁFICO 3 – Percentual de estudantes que participam e concluem os Projetos de Pesquisas em seus respectivos programas



Fonte: UFPB/PRPG, 2014.

Ao analisar o processo de expansão na Educação Superior e sua imbricação com os programas acadêmicos no campo da pesquisa, identificamos: a) o quantitativo de estudantes contemplados em programas de pesquisa não acompanha a expansão das matrículas; b) o programa que não tem ofertado bolsas apresenta um número expressivo de estudantes que concluem o projeto, revelando, assim, interesse pelo estudo e/ou pela busca da produção do conhecimento; c) os estudantes participantes dos programas de pesquisa mantêm o seu engajamento até o final do Projeto; d) a expansão de matrículas em consonância com as políticas de cotas possibilitaram a mudança do perfil dos



sujeitos ingressantes.

Em termos gerais, é relevante destacar que as políticas de expansão associada ao processo de democratização do acesso geraram nos últimos anos um novo perfil de sujeitos que ascendem à Universidade Federal da Paraíba, o que demanda uma investigação mais detalhada acerca do perfil socioeconômico dos estudantes contemplados com Programas acadêmicos de pesquisa; o potencial para a permanência e, análise comparativa com os Programas de Assistência Estudantil, no sentido da promoção da permanência e conclusão de cursos.

Considerações finais

Os dados apresentados ao longo do texto provocam indagações que se constituem em desafios para a instituição, na busca de assegurar políticas que possibilitem a permanência, a conclusão e o sucesso dos ingressantes na educação superior em geral e, em particular, dos estudantes expostos à situação de vulnerabilidade social.

As reflexões advindas dos dados da pesquisa, quanto a expansão, possibilitam inferir que não basta apenas as universidades expandirem cursos e matrículas e criar políticas que democratizem o acesso. Sobretudo, é necessário que assegurem ao estudante efetivas condições de permanência, orientadas para a conclusão e a qualidade na formação para que finalize o seu curso com êxito e, com isso, acesse aos espaços acadêmicos e profissionais.

A análise da expansão na UFPB e caracterização dos seus programas acadêmicos no campo da pesquisa favorece reconhecer discrepâncias entre o quantitativo de estudantes inseridos em programas acadêmico de pesquisa e o movimento expansionista, o que implica em comprometimento da ideia de universidade, como uma instituição que articula ensino, pesquisa e extensão de forma

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



indissociável, e a efetivação da instituição do ensino, apenas.

Os programas que não ofertam bolsas apresentam uma demanda expressiva de estudantes, revelando, assim, o interesse pelo estudo e/ou pela busca da produção do conhecimento. Os participantes dos Programas têm mantido o seu engajamento até o final do projeto, o que nos permite inferir que a inserção em Programas acadêmicos pode contribuir para a permanência e conclusão do curso, e que as políticas para a permanência devem ter forte inserção acadêmica.

Nesses termos, a pesquisa indica novas frentes de indagação. Ao se considerar o aumento do ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, o nicho dos programas acadêmicos de pesquisa, em sua maioria constituídos de grupos privilegiados de capital cultural, é possível questionar: quais outros/diferentes processos de exclusão se formam? Quais as contribuições dos programas acadêmicos para que os sujeitos em situação de vulnerabilidade social sintam-se concernidos nos aspectos do acesso, permanência, conclusão e sucesso pessoal e profissional?

Referências

BRASIL. **Sinopses Estatística da Educação Superior**: 2006 a 2015. Brasília: INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. Brasília, s/d Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 30/03/2018.

_____. MEC. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no D.O.U. Em 20/12/1996. Disponível em:

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14/03/2018.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Publicado no Portal do Mec em 12/12/2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 18/03/2018.

_____. **Resolução Normativa nº 017/2006.** Estabelecer normas gerais e específicas para modalidades de bolsas por quota no País. Disponível em: http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100352. Acesso em: 03/02/2018.

_____. IBGE. **Notícias.** SIS 2014. Em nove anos, aumenta a escolaridade e o acesso ao ensino superior. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?idnoticia=2796&view=noticia>.> Acessado em: 24 jul. 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Agenda neoliberal e a política para o ensino superior nos anos 90. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.7, p.83-101, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=1041&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas SP, 31(111), 485-500, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010. Acesso em: 14 abr. 2017.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide. A expansão da (na) UFPB: avaliando o REUNI (2008 a 2012). **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, V. 22, N. 2, p. 60-82, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17780/10145>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã** – o ensino superior da Colônia à Era de Vargas, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago.2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302004000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 14 abr. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. **Políticas de Educação Superior no Brasil: Expansão, acesso e igualdade social.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

JEZINE, Edineide; CASTELO BRANCO, Uyguaciara V.; NAKAMURA, Paulo. **Políticas de Acesso à Educação Superior e os desafios da Inclusão Social.** João Pessoa. Editora da UFPB, 2015.

LIMA, Paulo Gomes. **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras.** 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 abr. 2017.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXIV, Ed. 55, fevereiro 2015.

MOROSINI, Marília Costa et al. A expansão da educação superior no Brasil pós LDB/96: organização institucional e acadêmica. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 119-140, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15034>. 30 jan. 2018.

MANCEBO, Deise. Reforma da Educação Superior no Brasil: Análises sobre a Transnacionalização e Privatização. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 21, p. 103-123, maio-agosto, 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=1042&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: o incentivo a privatização. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



MANCEBO, Deise; VALE, Andrea Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan.-mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.s

SAVIANI, Demerval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez., 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA JÚNIOR, João reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN. 2001.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis da. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, Maria das Graças Martins da; SILVA, Manira P. Ramos da. PROUNI: a afirmação do programa e seus aspectos contraditórios. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013

SIEBIGER, Ralf Hermes. **O processo de Bolonha e sua influência na definição de espaços transnacionais de educação superior: A universidade brasileira em movimento**. Mato Grosso. Universidade Estadual do Mato Grosso. 2011. Disponível em: http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_15/artigo_15/115_138.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

UFPB. **Histórico**. João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **RESOLUÇÃO CONSEPE nº 09/2010**. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em:

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Manual do Estudante.** João Pessoa: UFPB. Disponível em: <http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual_do_estudante_ufpb_digital>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **RESOLUÇÃO CONSEPE nº 17 2007.** Fixa normas para os Programas Institucionais de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

_____. Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). **Número de matrículas presenciais na UFPB dos anos 2006-2015.** Chamado de número: 2017012510000401. Centro de Educação, 2017.

VELOSO, Tereza Christina M.; NOGUEIRA, Patrícia S.; LUZ, Jackeline N. N. Políticas públicas de acesso na educação superior: uma análise a partir dos indicadores da realidade. **Anais do XXII Seminário Nacional Universitas/Br.** Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios, Rio Grande do Norte, v. 1, p 1050-1069, 2014.

ZANFERARI, Talita; ALMEIDA, Maria de Lourdes P. de. As metas do PNE (2001-2010 e 2014-2024) que discutem a educação superior: (des)continuidades e perspectivas. **Anais EDUCERE – Congresso Nacional de Educação.** 13.ed. Curitiba. 2017. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=&titulo=&edicao=&autor=Zanferari&area=> Acesso em 30/03/2018.

Sobre as Autoras

Edineide Jezine Mesquita Araújo

Universidade Federal da Paraíba. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE. Grupo de Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – GEPESS. E-mail: edjezine@gmail.com

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Maria da Salete Barboza de Farias

Universidade Federal da Paraíba. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional – MPPGAV. Grupo de Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – GEPESS. E-mail: runasluz@gmail.com

Jislayne Fidelis Felinto

Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE. Grupo de Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – GEPESS. E-mail: jjifidelis@gmail.com

Recebido em: 30/03/2018

Aceito para publicação em: 20/04/2018